

Comunicação n.º 30 — Mário Moutinho

CASAS DOS EMIGRANTES OU ARQUITECTURA DO EMIGRANTE?

I — *Somos todos emigrantes virtuais*

Falar de Casa do Emigrante ou de Arquitectura do Emigrante não é apenas uma questão de escolha de vocabulário, mas antes traduz dois modos bem diferentes de pensar a realidade que são os milhares de habitações construídas pelos emigrantes, por todo o país, desde meados dos anos 60.

Distinguir a natureza das duas abordagens é o objectivo deste artigo.

À primeira delas está ligada um discurso de sabor psicologista que bate sempre nos mesmos pontos. Por exemplo, num artigo do Diário Popular de 21/9/79, intitulado "A *Arquitectura dos Emigrantes*" invade o país, onde as aspas identificam o cepticismo do autor e o tempo invade evoca um certo perigo de natureza «bélica» diz-se assim a propósito das casas dos emigrantes: «Modelos e configuração estranhos à arquitectura tradicional que tem vindo a ser trazidos do estrangeiro num contrabando de influência e estilos...

A originalidade é obtida à custa das cores da fachada ou do telhado, alternando os tons mais berrantes e desarmónicos...

Fachadas recobertas por azulejos de cozinha... O aspecto mais flagrante deste problema é a descaracterização da paisagem e aglomerados.»

Estas pretendidas características são geralmente justificadas através dos traços «dominantes» da psicologia do emigrante.

São berrantes porque ele (o emigrante) é vaidoso; são feias porque ele não tem gosto; são grandes porque ele quer mostrar que tem dinheiro. Enfim, como se diz numa recente publicação do Serviço de Estudo do Ambiente «Alienação Cultural e o mau gosto elevado à categoria de prestígio social provocam verdadeiros atentados à paisagem».

Em resumo, as casas dos emigrantes são feias, monstruosas, copiadas, berrantes, estra-

gam o património cultural e, tudo isto devido à psicologia do emigrante que faz dele um contrabandista de (in) estética arquitectural, um ser perverso que atenta contra os «valores nacionais», um vaidoso, orgulhoso, etc., etc..

Trata-se, no fim de contas, de explicar a história pela psicologia dos reis. Discurso ideológico por excelência que, longe de contribuir para um conhecimento mesmo rudimentar deste fenómeno procura antes, confundir, deturpar, fugir mesmo às consequências duma análise rigorosa do assunto. Muito do que se diz sobre as casas dos emigrantes não é todavia incompreensível se pensarmos que quem fala assim são aqueles que «ainda» não emigraram, pois como dizia ironicamente há dias Manuel Madeira numa entrevista à Rádio France Inter a propósito da saída da sua longa metragem «Crónica de Emigrados» (diga-se de passagem que se trata do único trabalho cinematográfico português rigoroso, sobre os emigrantes e sem dúvida o melhor filme etnológico desde sempre): «os portugueses são todos emigrantes virtuais». Opor-se verbalmente às casas dos emigrantes é no fim de contas opor-se a um futuro possível e pouco tranquilizador.

Num outro artigo publicado pelo Expresso em 19 de Julho 80, esta visão é reformulada em termos mais elaborados. O autor pergunta a propósito de uma aldeia do Marão: «Mas que ganhou a Campeã com a vulgarização de formas arquitectónicas que não as suas? Que ganha a Campeã com a destruição e poluição da sua paisagem rural, com a violência de uma volumetria que é estranha com materiais pouco duráveis e exteriores à sua especificidade regional». Nós diríamos simplesmente que se a população (o emigrante e os que ficam são igualmente a Campeã) constrói determinadas formas arquitecturais essas formas passam a ser as suas do a quem doer; que a volumetria não é em si portadora de violência à paisagem se não à condição de se definir primeiro o que é paisagem rural não agrida; que o cimento, o ferro, os tijolos, a pedra, a madeira e os outros materiais de construção não variam de durabilidade em função do comprador e que se são exteriores à região isso é resultante duma evolução das formas de construir mais dependentes do Capital que duma opção do emigrante.

Mas para lá destes postulados vem o mais grave, pois passa-se das formas que não são suas, da poluição da paisagem («essas novas casas cheias de arabescos em terras do Marão, cheias de francesismos em terras de Portugal») da volumetria agressiva, passa-se à «solução» do problema: «É necessário defenir na construção formas, linha, volumes, revestimentos e cores que não poluam esteticamente a paisagem.

É necessário que as autarquias depositárias de imenso património construído abram os olhos aos graves inconvenientes presentes e futuros da construção sem qualidade e anacrónica nas suas regiões e accionem os mecanismos das posturas municipais numa grande onda de consciência colectiva

É necessário que as populações despertem para impedirem a invasão do seu quotidiano com formas poluentes da paisagem gritantes de incomodidade em que são lesados os seus próprios interesses privados».

Em suma é preciso dizer, ou melhor, impor ao emigrante o que é bom para ele. Como se se tratasse de um ser humanamente rudimentar ao ponto de não saber onde quer e como quer a sua própria habitação. Estamos é em presença de um discurso colonialista onde em nome do direito à civilização para os africanos se espelhava a civilização dos africanos. Em nome do bem estar do emigrante, impõe-se-lhe («é necessário definir... mecanismos das posturas municipais») uma arquitectura de Escola de Belas-Artes ou de gabinete da Secretaria de Estado da Cultura!!!

O emigrante fala «ainda» uma linguagem arquitectural que lhe é própria, mas que tem a infelicidade de não ser a das classes dominantes, e, porque não o é, estas entendem que ele deve construir de acordo com a sua visão do que deve ser uma casa de trabalhador para uma paisagem rural estagnante.

Cúmulo do «sadismo», pretende-se no fim de que o emigrante seja ele próprio a auto reprimir-se dizendo num monólogo Kafkaiano: «Eu quero uma casa com os materiais da região de formas equilibradas sem exageros, sem defeitos; uma casa para eu viver e não para me sentir mal; uma casa que tenha em conta a defesa do património cultural construído».

Em nome da defesa do Património Cultural de um povo castra-se a obra desse povo.

II — As casas dos emigrantes

Na ausência de trabalhos anteriores, levamos a cabo durante os últimos sete meses no quadro das cadeiras de Antropologia Cultural e Etnografia Portuguesa no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, um trabalho de terreno preliminar com a participação de uma centena de alunos, sobre o tema da Arquitectura do Emigrante. O trabalho cobriu a totalidade do território continental. Uma primeira leitura dos documentos elaborados mostrou-se extremamente fecunda de informações e sugere-nos já algumas reflexões.

Antes de mais, devemos referir que num inquérito de opinião pública feito também no

quadro deste trabalho de terreno, pudemos constatar a existência de dois tipos de discurso proveniente de dois grupos sociais bem distintos. Por um lado um discurso depreciativo como aquele que enunciamos acima, proposto totalmente pela população citadina, com mais destaque na sua violência para as classes mais favorecidas. Por outro lado, um discurso favorável que provém do campo e das classes trabalhadoras. Estas apreendem as casas dos emigrantes como um bem para a colectividade, não esquecendo de fazer um paralelo essencial com a arquitectura tradicional, definida como uma arquitectura da miséria, do desconforto e da insatisfação do direito de Habitar.

Este primeiro resultado — existência de dois discursos burguesia / classe trabalhadora — mostra que não há uma só visão das casas dos emigrantes, e, pretender que o discurso da burguesia representa o pensar do país em geral é uma pura mistificação.

Como também são uma mistificação certas características das casas que apenas existem na imaginação ou que são o resultado de generalizações precipitadas.

— Falemos da cor das casas

Por exemplo, as cores berrantes e desarmónicas raramente foram constatadas por nós, antes pelo contrário, o trabalho revelou a utilização rigorosa da cor, tanto no interior como no exterior das casas. Realizações que se traduzem pela utilização frequente de tons da mesma cor e ainda por cima harmonizados com as cores dos azulejos quando os há.

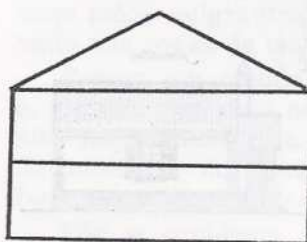
Porquê então o discurso depreciativo acerca da cor? Se pensarmos que quem fala assim é o primeiro grupo atrás referido, podemos emitir a hipótese de que o que está em jogo não são propriamente as características das cores utilizadas (harmonia, grau de berrantice) mas simplesmente a utilização da cor em si, pela classe trabalhadora.

Pensemos que até há bem pouco tempo as casas de campo pertencentes aos trabalhadores mostravam apenas a cor dos materiais com que eram construídas ou então eram caiadas. Se cor havia, esta aparecia apenas nos contornos de portas e janelas ou nos rodapés em certas zonas do país. A cor pertencia às classes favorecidas com destaque para a Igreja que expunha, por exemplo, nas procissões os encarnados das capas das irmandades, o amarelo e o lilás dos hábitos dos padres, bispos e nos pálios. As cores mais variadas apareciam nas decorações dos andores e oferendas. As casas novas dos «ricos», raramente eram brancas sendo geralmente pintadas em tons de «Terreiro do Paço».

O que se passa na verdade é que o emigrante se apropria de algo que era um privilégio das classes favorecidas. Note-se que o processo de aparecimento da cor acessível ao trabalhador se manifesta também noutros domínios, como por exemplo no vestuário e nos plásticos. No entanto, aqui a cor é proposta pelo Capital como forma de intensificar o consumo e a sua problemática é, por isso, diferente. Ninguém clama contra o abandono do vestuário do tempo dos nossos avós em favor do pronto a vestir, nem dos alguidares de barro. No entanto, também estes fazem parte do que a burguesia entende por Património Cultural.

— Falemos do tamanho das casas

Também no domínio do volume de casa o fenómeno é semelhante. O espaço era também propriedade das classes favorecidas que nunca hesitaram em construir enormes volumes. Os solares são disso um exemplo flagrante. Nunca a burguesia se impediu de construir grande. Mas quando o emigrante constrói grande, logo vozes se levantam para gritar: «aqui d'el rei que está a estragar a paisagem só para mostrar que tem dinheiro». O que se não diz é que o volume das casas dos emigrantes está dependente das necessidades que estes pretendem satisfazer. O trabalho de terreno mostrou sem ambiguidade que a função produção está presente na maioria das casas e que esta exige superfícies consideráveis quer se trate de prever uma oficina, um café, um restaurante ou construir um espaço para recolha de alfaías e produtos agrícolas. A existência de um rés-do-chão e primeiro andar, na maioria das casas dos emigrantes, está ligada à forma de produção que estes terão mais tarde quando regressarem ao país. A utilização dos diferentes níveis construídos distribui-se da seguinte forma:



Arrumos+habitação
Habitação Dia+Noite
Produção

Ilustração n.º 1

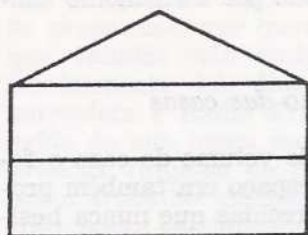
Uma análise preliminar da realidade mostrou que o volume da casa do emigrante não está dependente do perfil depreciativo da psicologia deste, como o pretende o discurso da burguesia.

Mas se fizéssemos uma análise da visão que a burguesia e o Estado Novo no passado tinham do que devia ser uma casa de trabalhador, esta revelaria respostas comprometedoras. A casa do

trabalhador era por excelência a casa de «bairro económico». Micro-casas, casitas, casotas, onde mal cabiam e ainda não cabem as famílias que lá moram; quartos, salinhas, cozinhas, arqui-nhos.

A arquitectura de sub-habitação, para trabalhador do sub-pago e do sub-alimentado.

Mas por outro lado, a arquitectura do rico presente na obra de um Raul Lino ou de um Eduardo Tavares, essa era grande, cheia de quartos e salas com um nível dia e outro noite.

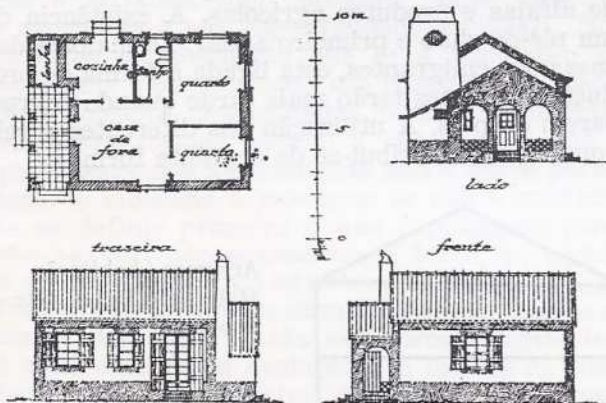


Arrumos + criada
Habitação Noite
Habitação Dia

Ilustração n.º 2

Essas construções eram o exemplo de uma «boa» arquitectura que ainda por cima se pretendia de raízes portuguesas. A ideologia que presidia à justificação da arquitectura do Estado Novo é, no fim de contas, a mesma que hoje pretende que as casas dos emigrantes são grandes demais. No fundo, está a oposição da burguesia à apropriação do espaço e da cor pela classe trabalhadora, bem patente nas casas dos emigrantes.

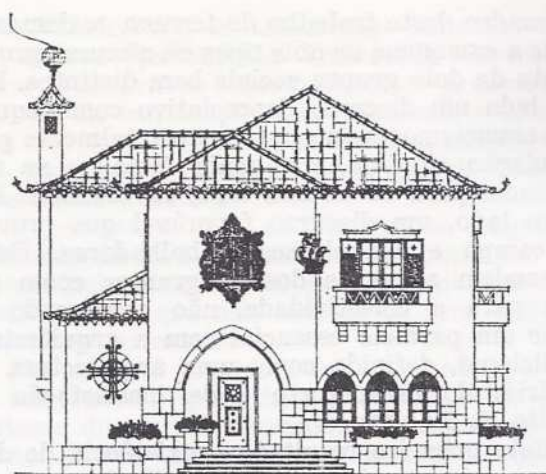
Um monte de casas económicas é bom para um operário.



Mário Moutinho — Casa emigrante

Ilustração n.º 3

Uma casa de pedra solta com cheiro a cabras a passar pelo soalho é bom para o camponês. Uma casa de rico num local «privilegiado com vista panorâmica» também se justifica, mas uma casa de emigrante no cimo de uma colina ou à



Mário Moutinho — Casa emigrante

Ilustração n.º 4

beira de uma estrada, essa, evidentemente, estraga a paisagem e destrói o património cultural. A incoerência deste tipo de discurso é francamente evidente.

— Falemos da defesa do «Património Cultural»

A questão da casa dos emigrantes e da defesa do património cultural também está carregada de postulados ideológicos. Património cultural em si, a nosso ver, não existe. O que existe, sim, são patrimónios culturais consoante as classes que os concebem.

A classe que está em cruzada contra as casas dos emigrantes tem, fundamentalmente, do Campo, uma visão do tempo de férias, próxima de um bucolismo ruprestre, ou da sua primeira infância. Mas a classe trabalhadora que lá vive tem ao meio rural uma relação de vivência diferente, que é feita das condições de existência e de trabalho do seu quotidiano. Ora, essas condições, todos ou quase todos sabemos que são extremamente difíceis. Infelizmente para os que trabalham fora dos centros urbanos, quem neste momento concebe a política de defesa do património cultural é a burguesia citadina. Daí que passem por cima das condições de existência da ruralidade pretendendo manter em funcionamento ou renovando um quadro habitacional degradante.

Invocam para isso soluções duvidosas (económica e funcionalmente) que levariam à reconstrução ou renovação duma arquitectura que não corresponde e, na verdade também não correspondia, às necessidades dos seus utilizadores.

Fazer de Portugal uma paisagem de cenários de teatro onde, por detrás de uma fachada transmontana haveria uma bela mas sombria sala de estar ou, onde o emigrante faria passar o automóvel por uma falsa porta de curral, eis o sonho dos que combatem as casas dos emigrantes, no intuito de preservar uma paisagem bucólica para utilização domingueira.

Só de facto um enorme desprezo coincidente com bem determinados interesses de classes permitem que o problema das casas dos emigrantes e da defesa do património cultural sejam postos desta maneira.

Não somos de modo algum contra o facto de se preservar, para instrução das gerações futuras, aquilo que testemunha da forma de viver de um povo em dada época (património cultural?) O que pretendemos é que a defesa desse património não passe pela repressão aos emigrantes. Passa sim por uma política global que historicamente defina o que se deverá preservar em arquitectura e não só. Não será também de preservar alguns bairros de lata que exemplifiquem como milhões de trabalhadores habitaram e habitam, durante decénios, à volta das nossas cidades? Só que quem faz a política cultural deste país por razões evidentes, não inclui na sua concepção de património cultural este aspecto da nossa realidade. Então o que é Património Cultural?

III — A Arquitectura do Emigrante

Falámos da cor, do volume e da defesa do património.

Poderíamos também abordar o problema do «contrabando de ideias, dos azulejos das casas de banho de mau gosto» e de outros chavões do discurso ideológico sobre as casas dos emigrantes. Mas como pretendemos mostrar que há uma outra maneira de abordar estes problemas deixamos por agora a contestação do referido discurso. Trata-se de saber como chegar a uma compreensão do verdadeiro significado das casas dos emigrantes.

Um facto à partida parece-nos fundamental. Hoje em dia nas zonas mais afectadas pela emigração, a forma de produção dominante tem características bem determinadas e que dificilmente se poderão enquadrar no modo de produção capitalista ou no modo de produção tradicional comunitário difundido nalgumas regiões do norte. As condições de existência nas zonas de emigração realizam-se no quadro de um modo de produção original (reconhecemos que ainda

mal definido), onde os diferentes níveis que o compõem (económico, jurídico-político e ideológico) têm características próprias.

Pelo nosso lado não nos custa admitir com Emmanuel Terray e grande parte dos etnólogos que se inserem na corrente da nova Antropologia Económica, a multiplicidade dos modos de produção cada vez que os diferentes níveis apresentam formas e articulações originais. Se bem que a definição completa do «*Modo de Produção do Emigrante*» fique para outra altura, teremos para já que admitir que as condições de produção reais nas zonas de emigração não são aquelas que seria de esperar se estas se realizassem no seio exclusivo do modo de produção capitalista.

Parece-nos, no entanto, prudente admitir à partida que o M.P.E., poderá ser um modo de produção subsidiário do M.P.C. cuja evolução a longo termo é de difícil previsão.

O factor dominante parece ser o dinheiro acumulado, baseado num trabalho realizado no exterior e orientado para a criação de uma forma de produção desenvolvida no quadro do parentesco (pequena agricultura ou actividade de serviços) aquando do regresso definitivo do emigrante.

Que essa produção esteja em última análise condicionada pelo M.P.C. não contraria a nossa hipótese de trabalho pois se sabe numa Formação Económica e Social há sempre a dominância histórica de um dos modos de produção que a compõem.

Com uma base mutante desta natureza, as relações de poder e o nível ideológico daí decorrentes, têm, logicamente, à partida, condições para não serem assimiladas aquelas, próprias do modo de produção capitalista. Também não se justifica que estas seriam resultantes de uma importação arbitrária, proveniente dos países para onde se emigra. O exercício do poder económico pelos emigrantes é indiscutivelmente observado nas zonas de emigração.

Pensar um «Modo de Produção Emigrante» é, a nosso ver, uma necessidade teórica da mais alta importância pela qual passará o estudo da Arquitectura do Emigrante e todos os outros fenómenos decorrentes da emigração.

Pôr o problema da Arquitectura do emigrante nestes termos obriga-nos é claro a abordar o fenómeno da emigração numa perspectiva raramente explorada: a emigração, não como sequência de uma dada situação socio-económica, mas sim como factor de transformação da sociedade, quer durante a permanência no estrangeiro do emigrante quer depois do seu regresso.

Como qualquer modo de produção, também

o M.P.E. possui uma arquitectura própria, determinada no seio dos seus níveis. Se assim é, teremos de encontrar numa análise das casas dos emigrantes, referentes originais, próprios de um modo de produção que não deverá ser confundido com o modo de produção capitalista nem tradicional comunitário.

Eis, pois, uma via de investigação sobre a Arquitectura do Emigrante que tem como metodologia o ir do espaço construído às estruturas do M.P.E. e destas à compreensão desse espaço.

Apreender o significado da Arquitectura do Emigrante e a sua gramática por esta via, justifica-se ainda mais se pensarmos que a habitação em qualquer comunidade é o reflexo do modo de produção dominante e materializa nas suas formas aspectos fundamentais dos níveis económico, jurídico-político e ideológico.

Então se as casas dos emigrantes revelarem ter raízes profundas nas condições de existência dos seus proprietários poderemos falar da Arquitectura do Emigrante sem aspas e sem angústias.

Como qualquer modo de produção, também a arquitectura do emigrante possui uma gramática própria, determinada no seio dos seus níveis. Se assim é, teremos de encontrar numa análise das casas dos emigrantes, referentes originais, próprios de um modo de produção que não deverá ser confundido com o modo de produção capitalista nem tradicional comunitário. Eis, pois, uma via de investigação sobre a arquitectura do emigrante que tem como metodologia o ir do espaço construído às estruturas do M.P.E. e destas à compreensão desse espaço. Apreender o significado da arquitectura do emigrante e a sua gramática por esta via, justifica-se ainda mais se pensarmos que a habitação em qualquer comunidade é o reflexo do modo de produção dominante e materializa nas suas formas aspectos fundamentais dos níveis económico, jurídico-político e ideológico. Então se as casas dos emigrantes revelarem ter raízes profundas nas condições de existência dos seus proprietários poderemos falar da arquitectura do emigrante sem aspas e sem angústias.

Como qualquer modo de produção, também a arquitectura do emigrante possui uma gramática própria, determinada no seio dos seus níveis. Se assim é, teremos de encontrar numa análise das casas dos emigrantes, referentes originais, próprios de um modo de produção que não deverá ser confundido com o modo de produção capitalista nem tradicional comunitário. Eis, pois, uma via de investigação sobre a arquitectura do emigrante que tem como metodologia o ir do espaço construído às estruturas do M.P.E. e destas à compreensão desse espaço. Apreender o significado da arquitectura do emigrante e a sua gramática por esta via, justifica-se ainda mais se pensarmos que a habitação em qualquer comunidade é o reflexo do modo de produção dominante e materializa nas suas formas aspectos fundamentais dos níveis económico, jurídico-político e ideológico. Então se as casas dos emigrantes revelarem ter raízes profundas nas condições de existência dos seus proprietários poderemos falar da arquitectura do emigrante sem aspas e sem angústias.